



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE**

**PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA SARAIVA**

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE  
SEGUNDO O IFDM**

**ARIQUEMES/RO**

**2020**

**PEDRO HENRIQUE OLVEIRA SARAIVA**

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE  
SEGUNDO O IFDM**

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do grau em Bacharel em Ciências Contábeis, apresentado à Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso.

**ARIQUEMES/RO**

**2020**

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Júlio Bordignon - FAEMA**

---

SA243a	SARAIVA, Pedro Henrique Oliveira.  Análise do desenvolvimento dos municípios da Região Norte segundo o IFDM. / por Pedro Henrique Oliveira Saraiva. Ariquemes: FAEMA, 2020.  44 p.  TCC (Graduação) - Bacharelado em Ciências Contábeis - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.  Orientador (a): Profa. Ma. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso.  1. Arrecadação. 2. IFDM. 3. Lei da Responsabilidade Fiscal. 4. Carga Tributária. 5. Gestão Pública. I Cardoso, Tatianne Aparecida de Oliveira. II. Título. III. FAEMA.
CDD:657	

---

**Bibliotecária Responsável**  
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro  
CRB 1114/11

**PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA SARAIVA**

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE  
SEGUNDO O IFDM**

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do grau em Bacharel em Ciências Contábeis, apresentado à Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA.

**Banca examinadora**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso

<http://lattes.cnpq.br/1244507918393716>

Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

---

Prof. Esp. Ronaldo Rodrigues Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/7763453799803467>

Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

---

Prof. Esp. Sônia Felix de Paula Maciel

<http://lattes.cnpq.br/9686559568119855>

Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

**ARIQUEMES/RO**

**2020**

Dedico a minha família, a razão por eu ter chegado até aqui.

Obrigado por tudo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para concluir essa graduação e por ter me dado a oportunidade de chegar até onde eu cheguei, pois sem Ele, nada disso seria possível. Porque d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

A minha família, por ter me incentivado a começar e a permanecer nessa graduação, por terem me mostrado o caminho certo a seguir, desde criança. Por terem me apoiado nos momentos em que quis desistir, por terem comemorado comigo as minhas conquistas e por terem sofrido comigo nos meus momentos de angústia. Também é graças a eles, que estou concluindo mais essa etapa da minha vida.

Agradeço aos amigos que conquistei nessa faculdade, que viveram momentos extraordinários comigo nesse período da graduação, momentos esses que levarei para sempre comigo. Agradeço também pelas palavras de apoio e pela parceria. Também aos amigos que já tinha antes da faculdade, os quais por muitas vezes não pude estar junto pois estava cumprindo com minhas obrigações como estudante, mas que sempre entenderam os meus motivos e também me apoiaram.

Não poderia deixar de prestar meus agradecimentos a toda a equipe docente que tive prazer de conhecer na graduação, principalmente aos professores Thyago, Ronaldo e Élide, que sempre foram excelentes profissionais e sempre tiveram o prazer em ensinar.

Por fim, agradeço a minha professora orientadora, Tatianne. Muito obrigado pela paciência que teve comigo, pelo apoio e por sempre estar disposta a me ajudar quando eu precisava.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

*“Eu faço da dificuldade a minha  
motivação. A volta por cima vem na  
continuação”.*

**Charlie Brown Jr.**

## RESUMO

O Brasil possui uma infinidade de tributos que são recolhidos pela população, seja através das pessoas físicas ou das pessoas jurídicas. Porém, o questionamento que muitas vezes é feito é sobre o retorno desses tributos em forma de serviços de qualidade para a população. Para a análise desse fator, foi criado o IFDM, que analisa as variáveis de Educação, Saúde e Emprego e Renda dos municípios brasileiros desde o ano de 2005, com a última publicação referente ao ano de 2016. Para auxiliar no controle das contas públicas e auxiliar o governo a direcionar a sua arrecadação, foi instituída a Lei da Responsabilidade Fiscal, que determina o que pode ser feito ou não com a arrecadação dos cofres públicos. A partir disso, o estudo possui como principal objetivo fazer a análise da relação entre a arrecadação tributária e o IFDM. Espera-se então que os municípios que tenham a maior arrecadação tributária tenham também os maiores índices no IFDM, além disso, também busca ranquear os municípios de acordo com o índice de desenvolvimento e fazer a investigação do IFDM da região Norte de acordo com os indicadores criados pela FIRJAN. Para chegar ao resultado, foram coletados os dados do portal Compara Brasil e do site do IFDM referentes aos 450 municípios da região Norte. A partir da coleta dos dados, foram efetuados testes estatísticos para analisar o comportamento das variáveis, relacionando uma com a outra e verificando se há ou não relação entre elas, chegando a conclusão de que essa correlação pode variar de um índice para outro e de um estado para outro. Portanto, em alguns estados há relação entre a arrecadação tributária e os índices do IFDM Geral, Saúde, Educação e Emprego & Renda, enquanto em outros não.

**Palavras-Chave:** Arrecadação. IFDM. Lei da Responsabilidade Fiscal.

## ABSTRACT

Brazil has a multitude of taxes that are collected by the population, whether through individuals or legal entities. However, the question that is often asked is about the return of these taxes in the form of quality services for the population. For the analysis of this factor, the IFDM was created, which analyzes the variables of Education, Health and Employment and Income of Brazilian municipalities since 2005, with the last publication referring to 2016. To assist in the control of public accounts and to assist the government in directing its collection, the Fiscal Responsibility Law was instituted, which determines what can be done or not with the collection of public coffers. Based on this, the main objective of the study is to analyze the relationship between tax collection and IFDM. It is then expected that the municipalities that have the highest tax collection will also have the highest indexes in the IFDM, in addition, it also seeks to rank the municipalities according to the development index and conduct the IFDM investigation of the Northern region according to the indicators created by FIRJAN. To reach the result, data were collected from the Compara Brasil portal and the IFDM website for the 450 municipalities in the North region. From the data collection, statistical tests were carried out to analyze the behavior of the variables, relating them to each other and checking whether or not there is a relationship between them, reaching the conclusion that this correlation may vary from one index to another and from one state to another. Therefore, in some states there is a relationship between tax collection and the indices of the IFDM General, Health, Education and Employment & Income, while in others there is not.

**Keywords:** Tax collection. IFDM. Fiscal Responsibility Law.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Mapa da região Norte de acordo com o nível de desenvolvimento municipal.....26

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística Descritiva da Região Norte.....	26
Tabela 2 – Estatística Descritiva do Acre.....	28
Tabela 3 – Estatística Descritiva do Amazonas.....	29
Tabela 4 – Estatística Descritiva do Amapá.....	30
Tabela 5 – Estatística Descritiva do Pará.....	31
Tabela 6 – Estatística Descritiva de Rondônia.....	32
Tabela 7 – Estatística Descritiva de Roraima.....	33
Tabela 8 – Estatística Descritiva de Tocantins.....	34
Tabela 9 – Teste de Regressão Linear Simples da Região Norte.....	35
Tabela 10 – Teste de Regressão Linear Simples do Acre.....	36
Tabela 11 – Teste de Regressão Linear Simples do Amazonas.....	36
Tabela 12 – Teste de Regressão Linear Simples do Amapá.....	36
Tabela 13 – Teste de Regressão Linear Simples do Pará.....	37
Tabela 14 – Teste de Regressão Linear Simples de Rondônia.....	37
Tabela 15 – Teste de Regressão Linear Simples de Roraima.....	38
Tabela 16 – Teste de Regressão Linear Simples de Tocantins.....	38

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos Impostos Estaduais.....	19
Quadro 2 – Relação dos Impostos Federais.....	20
Quadro 3 – Dados utilizados para o cálculo do IFDM.....	22

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF/88	Constituição Federal de 1988
CTN	Código Tributário Nacional
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMP	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>17</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>18</b>
3.1 O FEDERALISMO FISCAL E A AUTONOMIA MUNICIPAL .....	18
3.2 A RECEITA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA.....	19
3.3 O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) .....	22
3.4 ESTUDOS CORRELATOS .....	23
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>27</b>
5.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA – ANÁLISE DA REGIÃO NORTE.....	27
5.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA – ANÁLISE POR ESTADO .....	28
5.2.1 Estatística Descritiva – Acre.....	28
5.2.2 Estatística Descritiva – Amazonas .....	30
5.2.3 Estatística Descritiva – Amapá.....	31
5.2.4 Estatística Descritiva – Pará.....	31
5.2.5 Estatística Descritiva – Rondônia .....	32
5.2.6 Estatística Descritiva – Roraima .....	33
5.2.7 Estatística Descritiva – Tocantins .....	34
5.3 TESTES ESTATÍSTICOS – ANÁLISE DA REGIÃO NORTE .....	35
5.4 TESTES ESTATÍSTICOS – ANÁLISE POR ESTADO .....	36
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

A partir do início da Constituição Federal de 1988 (CF/88), iniciou-se de fato o processo de descentralização fiscal, pois foi ali que o Brasil tornou-se uma república federativa e os estados e municípios começaram a possuir um certo nível de autonomia fiscal, administrativa e política (TOMIO, 2002). Com essa descentralização, iniciou-se o que pode ser chamado de Federalismo Fiscal, que é um modelo de gerenciamento das finanças do governo onde as decisões são divididas entre a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal (SUZART, 2013).

Visto que para esse modelo descentralizado funcionar era necessário ter um mecanismo de controle mais eficiente, foi instituída a Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta lei tem como principal finalidade nortear o planejamento econômico do ente federado, visto que o governante precisa respeitar os limites orçamentários no seu planejamento (GERIGK; CLEMENTE; TAFFAREL, 2010).

Uma vez que os municípios possuem seu próprio nível de autonomia, o Código Tributário Nacional (CTN), em concordância com o Art. 156 da CF/88, estabeleceram os tributos de competência Municipal, onde cada município tem o poder de cobrá-los, respeitando as condições estabelecidas nas leis federais (BRASIL, 1966). Os tributos são uma forma de transferência de recursos da sociedade para a administração pública (LIMA; REZENDE, 2019). Dentre as receitas tributárias estão os impostos, taxas e contribuições de melhoria (CAETANO, 2016; CARVALHO, 2018). As receitas municipais são compostas basicamente por fontes próprias e repasses efetuados pelo governo estadual e federal (CAETANO, 2016; AMURIM, 2013; SILVA *et al.*, 2013).

As principais fontes de recursos municipais são as receitas próprias, que são referentes a arrecadação de impostos de competência municipal, que são o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (AMURIM, 2013). Referente as transferências constitucionais, Amurim (2013) e Silva *et al.* (2013) ressaltam que as principais são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que vem da União e a partilha do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que vem do Estado.

Com essa autonomia, os municípios investem seus recursos onde acharem conveniente. Desse modo, foram criados diversos índices e variáveis que tentam medir o nível de desenvolvimento municipal, entre eles, destaca-se o índice criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), conhecido como Índice FIRJAN de

Desenvolvimento Municipal (IFDM). Analisa os municípios pelo nível Geral, Emprego & Renda, Saúde e Educação e é feito anualmente (FIRJAN, 2018). Este possui as edições de 2005 a 2016, sendo a última publicada apenas no ano de 2018.

Tendo em vista que a maior parte das receitas municipais vem da arrecadação tributária e que é a partir dessas receitas que os gestores investem onde é mais necessário no município, tem-se o seguinte questionamento: os municípios da região Norte que possuem a maior arrecadação de tributos são os que possuem os maiores índices de desenvolvimento de acordo com o IFDM?

Este estudo justifica-se em razão da importância de conhecer e saber se as receitas arrecadadas pelos entes federados estão sendo convertidas em serviços de qualidade para a população, visto que a partir da publicação da CF/88, as responsabilidades dos municípios aumentaram. Desse modo, é a administração municipal que deve destinar os recursos captados para as áreas com maior necessidade. É a partir da destinação correta das receitas que o desenvolvimento socioeconômico dos municípios tende a aumentar. Entende-se que as cidades com um melhor desenvolvimento possuem serviços públicos de qualidade destinados a população, enquanto os municípios menos desenvolvidos possuem um déficit em relação a esses serviços.

Pesquisas anteriores, como Silva *et al* (2013), Lobão *et al* (2017) e Silva (2019), mostraram que as cidades com maior arrecadação tributária tendem a possuir um nível de desenvolvimento mais elevado, visto que possuem mais recursos para investir nos serviços essenciais para a população. Essa divergência na arrecadação evidencia a desigualdade social nos municípios, não só da região Norte, mas sim, do Brasil todo. Além disso, outros estudos mostram que o desenvolvimento da região Norte, no geral, cresceu nos últimos anos, o que sugere uma boa administração dos recursos obtidos pelos municípios.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Analisar se o índice de desenvolvimento dos municípios da região Norte tem relação com a arrecadação tributária dos mesmos de acordo com o IFDM.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Ranquear os municípios da região Norte de acordo com o nível de desenvolvimento municipal.
- Investigar o IFDM da região Norte de acordo com os indicadores fixados pela FIRJAN, em relação ao desenvolvimento municipal em educação, saúde e emprego e renda.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 O FEDERALISMO FISCAL E A AUTONOMIA MUNICIPAL

A CF/88 refere-se ao Brasil em seu 1º artigo sob o nome de República Federativa (BRASIL, 1988). Uma federação nada mais é que um conjunto de territórios menores (Municípios, Estados e o Distrito Federal) que formam um único estado (União), onde cada estado menor possui autonomia, porém não podem ultrapassar o limite imposto pelo governo central (SUZART, 2013; CAETANO, 2016).

O Brasil possui uma população de cerca de 210 milhões de pessoas. É subdividido em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Possui 26 estados e um Distrito Federal. Além disso, possui 5.570 municípios (IBGE, 2019). Cada município possui sua autonomia, respeitando alguns preceitos como: (I) eleições para a escolha de seus governantes, respeitando o conceito de democracia; (II) capacidade e competência para sua autoadministração; (III) obtenção de receitas para arcar com a administração e (IV) inexistência de submissão a outros entes federados, porém respeitando os limites impostos pelo governo central, que no caso do Brasil, é a União (MELLO, 1991; SUZART, 2013), trazendo o conceito de Federalismo Fiscal.

De acordo com Musgrave e Musgrave (1980) *apud* Suzart (2013), o Federalismo Fiscal trata da divisão das funções fiscais do estado entre os entes federativos. Essas funções são alocação, distribuição e estabilização. A alocação diz respeito a quais bens e serviços serão oferecidos pelo governo à população, podendo estes serem distribuídos apenas pelos governos secundários (estados e/ou municípios) ou em conjunto com mais de um ente da federação (SUZART, 2013; CAETANO, 2016). A distribuição trata-se da forma de como são destinados a renda entre os cidadãos, responsabilidade essa do governo central (MUSGRAVE e MUSGRAVE, 1980 *apud* SUZART, 2013). Para Oates (1999), o governo central tem também a responsabilidade básica de estabilização dos governos estatais e municipais.

Moraes e Aguirre (1997) trazem como principal problema do Federalismo Fiscal a própria descentralização. Os mesmos questionam se um sistema descentralizado como o do Brasil seria mais eficiente que um sistema centralizado, onde há apenas um ente federado responsável por tudo. Para responderem tal questionamento, trazem alguns argumentos que favorecem a descentralização, como exemplo, o fato de que cada localidade possui a preferência ou a necessidade de um determinado serviço. Portanto, delegando a responsabilidade a um menor ente federado, poderiam ser sanadas tais necessidades com mais facilidade.

Vale ressaltar que por mais que exista essa autonomia de cada ente federado, tudo é padronizado. As eleições são feitas da mesma forma, todos possuem a mesma independência e

a mesma forma de administração e podem cobrar os mesmos tipos de impostos. Ou seja, um município com menos de 1.000 habitantes possui as mesmas características e obrigações que um município com milhões de habitantes (TOMIO, 2005).

Ao mesmo tempo que a CF/88 traz a autonomia aos municípios, dando a eles a qualificação de ente federativo, traz também várias responsabilidades no que diz respeito à gestão pública. Essas responsabilidades estão descritas na LRF, a Lei Complementar nº 101/2000. Em seu artigo 11, a lei traz como requisito essencial a instituição, previsão e arrecadação dos tributos de competência do ente federado.

A LRF, surgiu como mecanismo para auxiliar na administração pública, com o intuito de reduzir, combater e regular as contas públicas dos entes federados (SACRAMENTO e PINHO, 2007; SACRAMENTO, 2005). Para Culau e Fortis (2006) a principal finalidade da LRF foi a formulação de regras de finanças públicas para a gestão pública, de modo que abrange todos os entes federados. Tem como quatro pilares principais o planejamento, transparência, controle e responsabilização (SACRAMENTO e PINHO, 2007).

A LRF trouxe a definição de normas e regras para o controle das contas públicas, bem como limites pré-estabelecidos para o uso de suas receitas e punições para aqueles governos que ultrapassarem esses limites (CULAU e FORTIS, 2006). Para uma melhor transparência nas informações, a lei supracitada instituiu outras ferramentas, como: o Plano Plurianual (PPA), que dispõe acerca do planejamento do uso dos recursos adquiridos pelo governo; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem como foco a definição de metas e princípios da administração pública, bem como a definição das metas fiscais e a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde são destacadas as receitas e as despesas do período (CULAU e FORTIS, 2006). Portanto, a LRF trouxe um melhor controle das receitas arrecadadas pelos municípios. Entre essas receitas estão a arrecadação de tributos municipais, como o ISSQN, o IPTU e o ITBI, além das taxas e das contribuições de melhoria.

### 3.2 A RECEITA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Atualmente, o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, que pode chegar a cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB). É com essa carga tributária que são obtidas as receitas e os recursos necessários para custear as despesas públicas e alcançar os objetivos esperados (LIMA; REZENDE, 2019).

O tributo, segundo o Art. 3º do CTN, é um valor monetário devido aos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), que deve ser pago em moeda ou em algo que possa ser atribuído o mesmo valor, que não se equipare a penalidade referente a algum ato

ilegal, instituído por lei e cobrado por meio de atividade administrativa que está vinculada a algum fato. Os tributos são classificados em impostos, taxas e contribuições de melhoria (BRASIL, 1966).

As taxas são tributos de natureza vinculada a uma atividade do estado direta ao contribuinte. São cobradas as taxas mediante duas atividades, que são o exercício do poder de polícia e a utilização de serviços públicos pela população (BRASIL, 1966; CARVALHO, 2018).

As contribuições de melhoria são tributos instituídos pela União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal para custear as obras públicas em que haverá a valorização dos imóveis vizinhos. Portanto, são arrecadados apenas pelos proprietários desses imóveis que obtiveram sua valorização (BRASIL, 1966; CARVALHO, 2018).

Os impostos são tributos não vinculados, ou seja, não são direcionados a uma atividade estatal específica. De acordo com a legislação, são separados pela competência da União, dos Estados e dos Municípios. No quadro abaixo, é possível identificar os impostos de competência estadual.

**Quadro 1 – Relação dos Impostos Estaduais**

COMPETÊNCIA	SIGLA	NOME	BASE LEGAL	FATO GERADOR
ESTADUAL	ITCMD	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação	Art. 35, CTN; Art. 155, I, CF	Transmissão de bens ao herdeiro no caso de morte ou doação de qualquer bem
	ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte e de Comunicação	Art. 155, II, CF	Circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte ou comunicação. Incide também sobre a energia elétrica
	IPVA	Imposto sobre a Propriedade de veículos Automotores	Art. 155, III, CF	Propriedade de veículos automotores

Fonte: Elaborado pelo autor

No Quadro 2, é possível identificar os impostos de competência federal.

**Quadro 2 – Relação dos Impostos Federais**

COMPETÊNCIA	SIGLA	NOME	BASE LEGAL	FATO GERADOR
<b>FEDERAL</b>	<b>II</b>	Imposto sobre a Importação	Art. 19, CTN; Art. 153, I, CF	Entrada de produtos estrangeiros em território nacional
	<b>IE</b>	Imposto sobre a Exportação	Art. 23, CTN; Art. 153, II, CF	Saída de produtos nacionais para território estrangeiro
	<b>ITR</b>	Imposto Territorial Rural	Art. 29, CTN; Art. 153, VI, CF	Propriedade, domínio útil ou posse de imóvel localizado em zona rural
	<b>IRPF</b>	Imposto de Renda das Pessoas Físicas	Art. 43, CTN; Art. 153, III, CF	Auferição de renda das pessoas físicas
	<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas	Art. 43, CTN; Art. 153, III, CF	Auferição de renda das pessoas jurídicas
	<b>IPI</b>	Imposto Sobre Produtos Industrializados	Art. 46, CTN; Art. 153, IV, CF	Venda de produtos industrializados, desembaraço aduaneiro na entrada de produtos estrangeiros e arrematação em leilões
	<b>IOF</b>	Imposto sobre Operações Financeiras	Art. 63, CTN; Art. 153, V, CF	Operações de crédito, câmbio, seguros e relativas a títulos e valores imobiliários
	<b>IGF</b>	Imposto Sobre Grandes Fortunas	Art. 153, VII, CF	Imposto previsto em lei, mas ainda não cobrado

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os quadros, é possível perceber que a carga tributária do Brasil é realmente altíssima. Isso contribui para que seja uma tributação extremamente complexa e as alterações nas legislações contribuem para essa complexidade (IBPT, 2018). De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), além de complexa, a legislação brasileira é confusa e difícil de ser interpretada. Um estudo do IBPT publicado em 2018 afirma que desde a promulgação da CF de 1988 foram editadas aproximadamente seis milhões de normas, cerca de 774 normas editadas por dia útil (IBPT, 2018). Os tributos de competência municipal são o IPTU, ITBI e o ISSQN. Os três têm como base legal o Art. 156 da CF/88. É a partir desses, juntamente com as taxas e as contribuições de melhoria, que os municípios obtêm receitas para arcar com as suas despesas e projetos.

O IPTU, como dito acima, tem como base a CF/88, porém, mais detalhado nos artigos 32 a 34 do CTN (1966). Tem como fato gerador o domínio, posse ou a propriedade de um imóvel localizado na zona urbana. A base legal é o valor venal do imóvel e, para cobrar esse imposto, a prefeitura deve atender no mínimo dois de cinco requisitos, que são:

- 1) Meio-fio ou calçamento e canalização de águas pluviais;
- 2) Distribuição de água;
- 3) Sistema de esgoto;
- 4) Iluminação pública; ou

5) Escola ou posto de saúde a no máximo três quilômetros de distância do imóvel.

O ITBI, possui como fato gerador a transmissão de titularidade de bens imóveis. Não incidindo sobre bens incorporados a entidade empresarial para fins de subscrição de capital social e a sua desincorporação do ativo imobilizado, desde que seja transferido novamente a pessoa que o subscreveu na empresa. Também não incide sobre a transmissão decorrente de fusão, incorporação ou cisão da pessoa jurídica (BRASIL, 1988).

Já o ISSQN é mais detalhado na Lei Complementar 116/03. Incide sobre a prestação dos serviços especificados na lista anexa a própria lei, como serviços hospitalares, consultoria e assessoria, perícia, auditoria, entre outros diversos serviços detalhados na lei.

### 3.3 O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

O IFDM é um índice socioeconômico criado pelo FIRJAN, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento municipal (AVELINO, BRESSAN e CUNHA, 2013). Serve como uma fonte de informação para todos os cidadãos que queiram conhecer mais sobre a situação socioeconômica do país, além de fornecer informações que podem ser utilizadas pelos gestores municipais como auxílio a determinação das políticas públicas e dos investimentos que serão realizados nos municípios (ERVILHA, ALVES e GOMES, 2013).

Para Amurim (2013), esse índice possui como principais vantagens: a anuidade, visto que as suas publicações são anuais; permite a comparação dos municípios ao longo do tempo, fazendo a identificação de qual área necessita de mais melhorias; e a avaliação do desenvolvimento municipal mais próxima da realidade.

Analisa os municípios a partir de 3 (três) áreas, que são Emprego & Renda, Educação e Saúde. Para chegar ao resultado, o índice utiliza apenas estatísticas públicas oficiais, como os dados estatísticos dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde (FIRJAN, 2018). Segue abaixo um quadro que resume os dados utilizados:

Quadro 3 – Dados utilizados para o cálculo do IFDM

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal	Atendimento à educação infantil	Proporção de atendimento adequado de pré-natal
Taxa de formalização do mercado de trabalho	Abandono no ensino fundamental	Óbitos por causas mal definidas
Geração de renda	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbitos infantis por causas evitáveis
Massa salarial real no mercado de trabalho formal	Docentes com ensino superior no ensino fundamental	Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	Média de horas-aula diárias no ensino fundamental	
	Resultado do IDEB no ensino fundamental	
<b>Fonte:</b> Ministério do Trabalho e Emprego	<b>Fonte:</b> Ministério da Educação	<b>Fonte:</b> Ministério da Saúde

Fonte: FIRJAN (2018)

O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o desenvolvimento do município naquele âmbito. Além dessas três óticas, o IFDM ainda traz uma ótica Geral, com a média dos três índices do município (FIRJAN, 2018). Possui quatro classificações, que são:

- 1) Baixo: IFDM entre 0,0 e 0,4;
- 2) Regular: IFDM entre 0,4 e 0,6;
- 3) Moderado: IFDM entre 0,6 e 0,8; e
- 4) Alto: IFDM entre 0,8 e 1,0

Sua última publicação foi feita em 2018, referente ao ano base de 2016. Nesse ano foram feitas as análises compreendendo 5.471 municípios brasileiros. Mesmo que no Brasil existem 5.570 municípios, foi feita a exclusão de 94 cidades, em razão de inexistência, escassez ou inconsistências de informações.

### 3.4 ESTUDOS CORRELATOS

Avelino, Bressan e Cunha (2013) fizeram a análise da influência dos fatores contábeis em relação ao IFDM das Capitais Brasileiras dos anos de 2005 a 2010. Em seus resultados, identificaram que gastos públicos como Investimentos e gastos com Cultura são diretamente

proporcionais, isto é, quanto maior os gastos, maior tende a ser o índice. Já as variáveis Juros e Encargos da Dívida, Despesa de Capital e gastos com Assistência Social são inversamente proporcionais em relação ao IFDM, ou seja, quanto maior o gasto, menor o desenvolvimento. Por fim, chegaram à conclusão de que o desenvolvimento dos municípios é afetado pelos gastos públicos.

Silva *et al* (2013) fizeram a análise do desempenho tributário e da gestão fiscal em relação ao IFDM no estado de Minas Gerais, relativo ao ano de 2010. Foram analisados 796 dos 853 municípios. Os autores chegaram à conclusão de que uma boa gestão fiscal e a expansão da base tributária facilitam a mobilização das receitas públicas para atendimento aos segmentos mais pobres da população, o que com certeza contribui para o desenvolvimento socioeconômico. Atestaram também que os municípios com a maior receita tributária apresentam também um bom índice de desenvolvimento, em razão de que a maior parte da receita arrecadada é direcionada para a educação e para a saúde. Os autores ainda fizeram a ressalva de que devem ser considerados também outros fatores, visto que apenas uma carga tributária elevada não significa um melhor desenvolvimento.

Ervilha, Alves e Gomes (2013) analisaram o IFDM de acordo com os gastos públicos de 367 municípios do estado da Bahia referente ao ano de 2010. Os autores mostraram que os gastos públicos em educação e saúde são ineficientes e apontaram também sobre a desigualdade de renda no estado, considerando essa situação não só na Bahia, mas sim, em todo o país.

Caetano (2016) verificou a influência da arrecadação tributária própria e das transferências no índice de educação dos 1668 (mil e seiscentos e sessenta e oito) municípios da Região Sudeste no ano de 2013. A autora destacou que em sua pesquisa, não foi encontrada a relação entre a arrecadação tributária e os investimentos em educação, em razão de serem os municípios mais populosos e, nesses casos, possuem uma gama de serviços a serem oferecidos a população bem maior do que dos municípios considerados pequenos. No caso dos municípios pequenos da região, destacou que estes realizaram mais investimentos em educação do que os municípios maiores.

Silva (2019) analisou a influência da receita tributária municipal em relação ao IFDM dos 52 municípios do estado de Rondônia dos anos de 2005 a 2016. Segundo o autor, a arrecadação tributária tem correlação com o IFDM, ou seja, se houver um aumento efetivo na arrecadação, o desenvolvimento socioeconômico municipal também aumentará, contribuindo assim para um acréscimo nos índices do IFDM.

Amurim (2013) fez um estudo acerca dos efeitos dos gastos orçamentários municipais no IFDM dos municípios de Mato Grosso dos anos de 2007 a 2010. A autora relatou que os

municípios que possuem maior IFDM são influenciados não apenas pela receita tributária e pelos gastos públicos, mas sim, por diversos outros fatores.

Lobão *et al* (2017) estudou a respeito do desenvolvimento socioeconômico de 427 municípios da região Norte, dos anos de 2007 a 2013. Os autores destacaram que dos anos estudados, o desenvolvimento socioeconômico da região ascendeu, principalmente os índices de Rondônia e Tocantins. Identificou também que entre os três índices, o que menos cresceu foi o de Emprego & Renda. Cerca de 222 municípios tiveram variação negativa nesse índice. Porém, no quesito educação e saúde, apenas 5 e 80 municípios, respectivamente, tiveram variação negativa.

A partir disso, verificou-se a falta de pesquisas sobre o tema que abordaram a relação do IFDM da receita tributária de todos os municípios da região Norte. Apenas um estudo assemelhou-se a este, porém o mesmo não utilizou todos os anos de estudo do IFDM e nem todos os municípios da região. Portanto, o presente estudo objetiva a testar as seguintes hipóteses:  
H<sub>0</sub>: A arrecadação tributária dos municípios da região Norte influencia diretamente o desenvolvimento dos municípios; e  
H<sub>1</sub>: O desenvolvimento municipal da região Norte independe da arrecadação tributária dos municípios.

#### 4 METODOLOGIA

Em relação ao propósito, o presente trabalho enquadra-se como uma pesquisa explicativa, pois procura entender a relação entre as variáveis mediante testes de hipóteses. No caso deste trabalho, as variáveis são o IFDM e a Arrecadação Tributária Municipal. Quanto ao método, a pesquisa é de caráter quantitativo, pois utiliza-se de teorias já formuladas anteriormente e utiliza os testes estatísticos para verificar as hipóteses estabelecidas (SORDI, 2017).

Os dados para a pesquisa foram obtidos através de portais eletrônicos públicos. Os valores referentes as receitas tributárias municipais de ISSQN, IPTU e ITBI foram obtidos através do portal Compara Brasil. Já os valores do IFDM foram coletados no portal do índice FIRJAN. Os municípios estudados são os 450 municípios da Região Norte do Brasil nos anos de 2005 a 2016, que são os anos estudados pelo IFDM.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram organizados e tratados com o auxílio do *Microsoft Excel*. Depois da organização dos dados coletados, foi feita a aplicação da estatística descritiva e teste de regressão a partir do sistema IBM SPSS Statistics versão 20. Na parte da estatística descritiva, foram analisados os valores máximos, mínimos e médias primeiramente da Região Norte e, depois, por estado. O mapa da Região Norte separado por nível de desenvolvimento foi feito por meio do site *Map In Seconds*.

Para atingir o resultado da pesquisa, foram analisadas duas hipóteses:

H0: a arrecadação tributária municipal não influencia o IFDM.

H1: a arrecadação tributária municipal influencia diretamente o IFDM. Referente ao teste de regressão, foi utilizado um intervalo de confiança de 95%, ou seja, presume-se que 95% dos dados coletados estão corretos. Desse modo, a análise é feita da seguinte forma: caso o p-valor < 0,05, rejeita-se H0, caso p-valor > 0,05, aceita-se H0.

Para a verificação do teste de Regressão Linear utilizou-se a seguinte equação:

$$\text{Receita Tributária Municipal} = \alpha + \beta (\text{IFDM}) + \varepsilon \quad \text{Equação 1}$$

**Onde:**

Receita tributária Municipal: total da receita tributária dos municípios estudados.

IFDM: Índice municipal encontrado referente ao período.

$\varepsilon$ : Erro aleatório.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA – ANÁLISE DA REGIÃO NORTE

A primeira análise trata-se da verificação de todos os 450 municípios da região Norte analisados em conjunto. Para fazer as análises, foram utilizadas as médias de todos os anos por município. Em relação ao índice Geral, obteve-se uma média de 0,5329, ou seja, a região, do ano de 2005 a 2016, alcançou um nível de desenvolvimento regular. Como índice mínimo, chegou-se ao resultado de 0,3137, ou seja, um baixo desenvolvimento, referente à Santa Rosa do Purus, no Acre. Em contrapartida, como valor máximo foi encontrado 0,8095, alto desenvolvimento, referente ao município de Palmas, capital do Tocantins.

**Tabela 1 – Estatística Descritiva da Região Norte**

Estatística Descritiva - Região Norte				
	N	Mínimo	Máximo	Média
GERAL	450	0,3137	0,8095	0,5329
SAÚDE	450	0,2223	0,8417	0,5553
EDUCAÇÃO	450	0,2822	0,7995	0,5689
EMPREGO & RENDA	450	0,2291	0,8269	0,4694

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em análise ao índice da Saúde, a média geral foi de 0,5553. Mais uma vez, mostra um desenvolvimento regular da região. Como valor mínimo, foi apresentado o resultado de 0,2223, baixo desenvolvimento, valor que pertence ao município de Jacareacanga, no Pará. Já como máximo, temos o valor de 0,8417, pertencente novamente ao município de Palmas, no Tocantins, que se enquadra também em alto desenvolvimento na área da saúde.

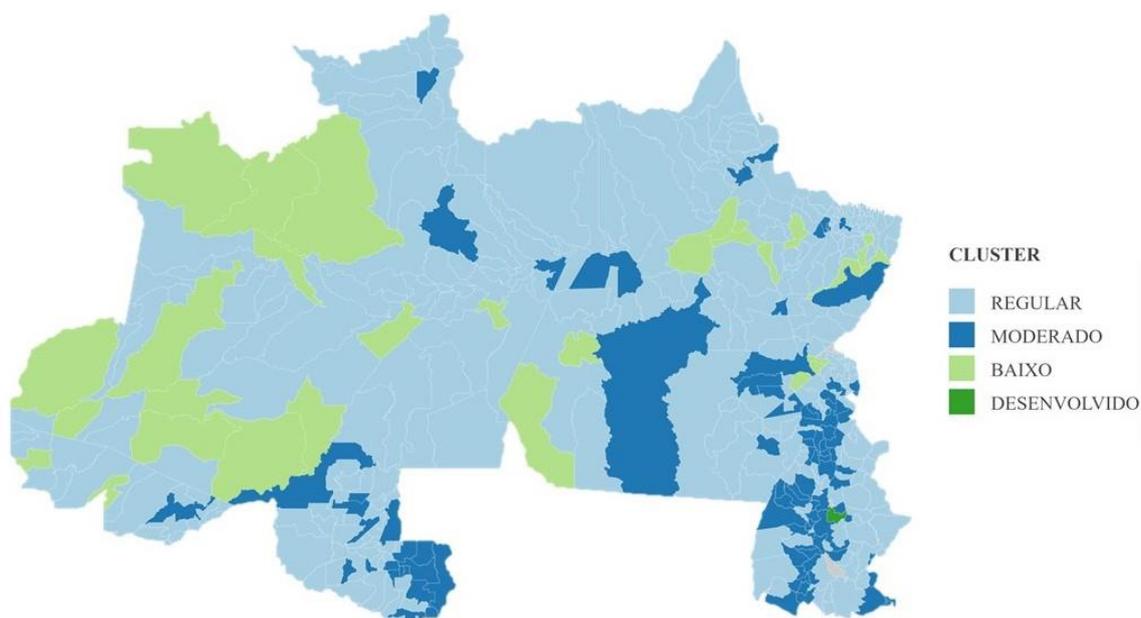
Referente a educação, temos a média de 0,5689, ou seja, nesse índice, o desenvolvimento também tem sido regular no período analisado. O município que teve o menor desenvolvimento foi o de Bagre, no Pará. Este município alcançou um baixo desenvolvimento de 0,2822. Opostamente, o valor máximo foi de 0,7995, desenvolvimento regular, referente também ao município de Palmas, Tocantins.

O último índice analisado é o de Emprego & Renda. Como média da região, encontrou-se o valor de 0,4694, o que mostra novamente um desenvolvimento moderado da região. Porém, vale ressaltar que, mesmo que os outros índices também tenham sido moderados, o de Emprego & Renda mostrou-se ainda menor do que os outros, o que evidencia o déficit ainda maior da região neste quesito. O valor mínimo encontrado desse índice é de 0,2291, o que mostra o baixo desenvolvimento do município de Canutama, no Amazonas. O município que obteve o maior índice neste ponto é o de Parauapebas, no Pará, com o valor de 0,8269, alto desenvolvimento.

A análise da Região Norte como um todo enfatiza a desigualdade que existe hoje não só na região, mas sim no Brasil todo. Enquanto municípios possuem desenvolvimento

moderado e alto, outros municípios possuem um desenvolvimento baixo em todas as áreas, o que pode ser resultado de uma má gestão municipal e distribuição das receitas municipais obtidas. Abaixo, segue o mapa da Região Norte de acordo com o nível de desenvolvimento municipal.

**Figura 1 – Mapa da região Norte de acordo com o nível de desenvolvimento municipal**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no mapa acima, pode-se perceber que a maioria dos municípios possuem o nível de desenvolvimento regular. Vale ressaltar que, para o mapa, foram utilizadas as médias dos anos de 2005 a 2016, do IFDM Geral dos municípios da região Norte. Convertendo o mapa em números, dos 450 municípios pesquisados, apenas 1 não possuía os dados para análise, 25 estão com a média geral baixa, 315 estão no nível regular, 108 estão com o desenvolvimento moderado e apenas 1 está com o nível alto de desenvolvimento.

## 5.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA – ANÁLISE POR ESTADO

### 5.2.1 Estatística Descritiva – Acre

Tratando-se exclusivamente do estado do Acre, a média do índice Geral é de 0,5004, ou seja, neste quesito, o estado possui uma média de nível de desenvolvimento regular. Como resultado mínimo, foi encontrado o valor de 0,3137, referente ao município de Santa Rosa do Purus, ou seja, seu nível de desenvolvimento geral está baixo. Já o município que tem o maior nível de desenvolvimento no estado é a capital, Rio Branco, com o índice de desenvolvimento moderado de 0,7357.

**Tabela 2 – Estatística Descritiva do Acre**

<b>Estatística Descritiva - Acre</b>				
	N	Mínimo	Máximo	Média
GERAL	22	0,3137	0,7357	0,5004
SAÚDE	22	0,2668	0,7304	0,5073
EDUCAÇÃO	22	0,3403	0,6928	0,5334
EMPREGO & RENDA	22	0,3310	0,7838	0,4510

Fonte: Elaborado pelo autor.

Referente ao índice da Saúde, a média estadual é de 0,5073, também regular. O município com o menor índice de desenvolvimento neste ponto é, novamente, Santa Rosa do Purus, com o valor de 0,2668, caracterizando um baixo desenvolvimento. Em contraponto, o município com maior desenvolvimento da saúde é o município de Rio Branco, com o valor de 0,7304, desenvolvimento moderado.

No índice da Educação, a média encontrada é de 0,5334, desenvolvimento regular. O município com a menor taxa de desenvolvimento, com um índice baixo de 0,3403, é Santa Rosa do Purus. Rio Branco possui o maior índice no quesito educação no estado, com um desenvolvimento moderado de 0,6928.

No grupo Emprego & Renda, foi encontrada a média de 0,4510, ou seja, um desenvolvimento regular no estado. Novamente, o município de Santa Rosa do Purus possui o menor índice de desenvolvimento, com 0,331, baixo. Opostamente, o município de Rio Branco ficou novamente com o maior índice, desenvolvimento moderado de 0,7838.

Já era esperado que o município mais desenvolvido do Acre era a sua capital, Rio Branco, visto que por ser a maior, possui um maior número de habitantes, maior número de empresas e, conseqüentemente, mais arrecadação de tributos. Fazendo a comparação entre a capital e Santa Rosa do Purus, o menos desenvolvido, em 2010, Rio Branco possuía 336.038 habitantes, enquanto o outro possui apenas 4.691, de acordo com o CENSO de 2010 (IBGE). Em relação a quantidade de empresas cadastradas, em 2017, a capital possuía 5.763 empresas, enquanto Santa Rosa do Purus possuía apenas 19 (IBGE). Entre os anos de 2005 a 2016, Rio Branco arrecadou cerca de 559 bilhões de reais em tributos municipais, enquanto Santa Rosa do Purus arrecadou apenas cerca de 597 mil (COMPARA BRASIL, 2020). Esses são alguns dos fatores que podem influenciar na discrepância entre os índices dos dois municípios.

De acordo com o índice geral, dos 22 municípios, o estado possui 2 com o índice de desenvolvimento baixo, 19 com o índice moderado e 1 regular. Não possui nenhum com o índice alto.

### 5.2.2 Estatística Descritiva – Amazonas

Discorrendo sobre o estado do Amazonas, a média do índice geral do estado é de 0,4570, ou seja, desenvolvimento regular do estado em relação à média geral. O valor mínimo é de 0,3610, que mostra um baixo desenvolvimento do município de Lábrea. O município com maior desenvolvimento é a capital, Manaus, com um desenvolvimento moderado no valor de 0,6910.

**Tabela 3 – Estatística Descritiva do Amazonas**

Estatística Descritiva - Amazonas				
	N	Mínimo	Máximo	Média
GERAL	62	0,3610	0,6910	0,4570
SAÚDE	62	0,2238	0,7164	0,4491
EDUCAÇÃO	62	0,3955	0,6893	0,5175
EMPREGO & RENDA	62	0,2291	0,7810	0,3959

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao índice da saúde, o estado possui uma média de 0,4491, ou seja, desenvolvimento regular. O município com o desenvolvimento mais baixo é São Gabriel da Cachoeira, com um índice de 0,2238, baixo desenvolvimento de acordo com o IFDM. O com maior desenvolvimento é o município de Presidente Figueiredo, com uma média de 0,7164.

Referente a variável educação, o estado possui um índice de 0,5175, sendo um nível de desenvolvimento regular. Nessa área, o município com menor desenvolvimento é Atalaia do Norte, com um baixo desenvolvimento de 0,3955. Opostamente, temos o município de Parintins, com um desenvolvimento moderado de 0,6893, o mais alto do estado neste quesito.

Referente ao Emprego & Renda, o estado possui uma média geral de 0,3959, desenvolvimento baixo, o que extremamente ruim para a população, pois significa que possui um nível alto de desemprego e a renda dos cidadãos que possuem trabalho formal é baixa. A renda *per capita* domiciliar mensal é de apenas 842 reais e a taxa de desemprego era de cerca de 13,3% em 2019 (IBGE, 2019). O município com o menor desenvolvimento nesta área é Canutama, com um índice baixo de 0,2291. Manaus possui o maior índice neste quesito, com um índice moderado de 0,7810.

Interessante destacar que a média do estado, mesmo sendo o maior da região e do país em área territorial, é o menos desenvolvido em praticamente todas as áreas. Só não perde na educação, onde o estado com o índice mais baixo é o Pará, com 0,5040. De acordo com o índice geral, dos 62 municípios, 12 estão com o índice de desenvolvimento baixo, 47 estão regulares, 3 estão com o índice moderado e nenhum possui o índice de desenvolvimento alto.

### 5.2.3 Estatística Descritiva – Amapá

A média do índice geral do estado é de 0,5250, ou seja, desenvolvimento regular. O menor índice encontrado foi de 0,4559, pertencente ao município de Calçoene. O município com o maior índice geral é a capital Macapá, com um desenvolvimento moderado de 0,6620.

**Tabela 4 – Estatística Descritiva do Amapá**

Estatística Descritiva - Amapá				
	N	Mínimo	Máximo	Média
GERAL	16	0,4559	0,6620	0,5250
SAÚDE	16	0,3638	0,7222	0,5558
EDUCAÇÃO	16	0,5045	0,6231	0,5546
EMPREGO & RENDA	16	0,3459	0,7664	0,4692

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em análise ao índice da saúde, a média encontrada no estado é de 0,5558, mostrando um desenvolvimento regular no estado. O valor mínimo deste índice é referente ao município de Porto Grande, correspondente a 0,3638, mostrando um baixo desenvolvimento do município nesta área. O maior índice deste estado mostra um desenvolvimento moderado no município de Serra do Navio, com um valor de 0,7222.

Referente à educação no estado, o índice mostrou um desenvolvimento regular, com a média geral de 0,5546. O município de Tartarugalzinho possui o menor índice na educação, com o valor de 0,5045, o que mostra um desenvolvimento regular. O maior índice encontrado corresponde a um desenvolvimento moderado no município de Serra do Navio, com a média de 0,6231.

Tratando-se do índice de Emprego & Renda, o estado possui 0,4692, o que indica um desenvolvimento regular no estado. O município com o menor valor nesta variável é Vitória do Jari, com um desenvolvimento baixo de 0,3459. Já o valor máximo encontrado é de 0,7664, que mostra um desenvolvimento moderado na capital, Macapá.

Analisando o índice geral do IFDM, dos 16 municípios, 14 estão no nível de desenvolvimento regular e 2 estão no nível moderado. Não possui municípios com o desenvolvimento baixo nem alto, o que mostra novamente que a maioria dos municípios da região Norte encontram-se com seu nível de desenvolvimento regular, o que é uma situação preocupante, pois mostra que a região está se desenvolvendo em um ritmo lento, impactando diretamente a economia local e, conseqüentemente, os índices analisados.

### 5.2.4 Estatística Descritiva – Pará

É o estado com mais municípios da região Norte, contando com 144 cidades. Conta com 1 município que não possui os dados para análise, que é a cidade de Mojuí dos Campos.

Em seu índice geral, possui uma média de desenvolvimento regular, com resultado de 0,4842. O valor mínimo encontrado para esse índice é de 0,3301, pertencente ao município de Jacareacanga, que mostra um desenvolvimento baixo para o município. Já o município com o maior índice geral é Parauapebas, com um desenvolvimento moderado de 0,7421.

**Tabela 5 – Estatística Descritiva do Pará**

<b>Estatística Descritiva - Pará</b>				
	<b>N</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>
GERAL	144	0,3301	0,7421	0,4842
SAÚDE	144	0,2223	0,7446	0,4603
EDUCAÇÃO	144	0,2822	0,6547	0,5040
EMPREGO & RENDA	144	0,3461	0,8269	0,4843

Fonte: Elaborado pelo autor.

Referente ao IFDM saúde, a média estadual é de 0,4603, o que mostra um desenvolvimento regular para o estado. O município com o desenvolvimento mais baixo é, novamente, Jacareacanga, com um índice baixo de desenvolvimento de 0,2223. Oposto a isso, o município com maior desenvolvimento na saúde é Parauapebas, com 0,7446, ou seja, desenvolvimento moderado.

Em relação ao índice da educação, o estado possui um desenvolvimento regular e uma média de 0,5040, que é o menor índice da região Norte neste ponto. No ano de 2018, estava entre os estados com o maior número de analfabetos, com cerca de 560 mil pessoas (G1, 2018). A cidade com a menor média desse índice é Bagre, com um baixo nível de desenvolvimento e um índice de 0,2822. O valor máximo encontrado é de 0,6547, desenvolvimento moderado, e pertence ao município de Parauapebas.

Referente a variável Emprego & Renda, o estado possui um desenvolvimento regular com um índice de 0,4843. O município com o menor índice é Bagre com um índice de 0,3461 que mostra um baixo desenvolvimento nessa área. Parauapebas é o município com o maior índice, mostrando um desenvolvimento alto com o índice de 0,8269.

Dos 144 municípios, apenas 1 não tem dados suficientes para análise, como dito acima. Dos demais, a partir do índice geral, 11 municípios possuem um baixo nível de desenvolvimento, 118 estão com o desenvolvimento regular, 14 com o desenvolvimento moderado e nenhum município com o índice alto.

### **5.2.5 Estatística Descritiva – Rondônia**

Referente ao índice geral, possui um índice de desenvolvimento regular de 0,5846. Como mínimo, possui 0,4850 referente ao município de Nova Mamoré, com desenvolvimento

regular. Como máximo, o município de Vilhena, com a média de 0,7420, apresentando um desenvolvimento moderado.

**Tabela 6 – Estatística Descritiva de Rondônia**

Estatística Descritiva - Rondônia				
	N	Mínimo	Máximo	Média
GERAL	52	0,4850	0,7420	0,5846
SAÚDE	52	0,4627	0,7891	0,6190
EDUCAÇÃO	52	0,5278	0,7389	0,6292
EMPREGO & RENDA	52	0,3792	0,7659	0,5052

Fonte: Elaborado pelo autor.

Referente ao índice da saúde, o município possui uma média de 0,6190 e desenvolvimento moderado nesta área. O município que possui o menor índice é Nova Mamoré, com um desenvolvimento regular de 0,4627. Já o município que se destaca na saúde é Ariquemes, com um índice moderado de 0,7891.

Tratando-se da educação, a média estadual apresenta um resultado moderado com o índice de 0,6292. O valor mínimo encontrado para este índice é de 0,5278, pertencente ao município de Campo Novo de Rondônia, com um desenvolvimento regular. Para este índice, Vilhena possui a maior média do estado com 0,7389 e um desenvolvimento moderado nesta área.

Referente ao Emprego & Renda, Rondônia é o estado com mais desenvolvimento da Região Norte, contando com uma média estadual de 0,5052. O município menos desenvolvido é Nova União, com um índice de desenvolvimento baixo de 0,3792. De acordo com o portal do IBGE (2017), o município possuía apenas 646 dos seus 7.493 habitantes ocupados e apenas 486 assalariados. Possuía também cerca de 137 empresas no município. Porém, por ser uma cidade de pequeno porte, a maioria dos moradores sobrevivem da pecuária e da agricultura. A cidade que conta com o maior número deste índice é Ji-Paraná, com um desenvolvimento moderado de 0,7659.

A partir do IFDM Geral, dos 52 municípios do estado de Rondônia, 33 estão no nível de desenvolvimento regular e 19 encontram-se com o desenvolvimento moderado. Não possui cidades com o desenvolvimento baixo nem alto. Mesmo assim, Rondônia é o estado da região Norte que possui o segundo maior índice de desenvolvimento.

### 5.2.6 Estatística Descritiva – Roraima

Possui como média do índice geral o valor de 0,5250, o que mostra um desenvolvimento regular para o estado. O valor mínimo encontrado para este índice é de 0,4272,

indicando um desenvolvimento regular para o município de Uiramutã. Opostamente, temos o valor de 0,7368, desenvolvimento moderado, para a capital, Boa Vista.

**Tabela 7 – Estatística Descritiva de Roraima**

<b>Estatística Descritiva - Roraima</b>				
	N	Mínimo	Máximo	Média
GERAL	15	0,4272	0,7368	0,5250
SAÚDE	15	0,4091	0,7763	0,5844
EDUCAÇÃO	15	0,4492	0,6679	0,5504
EMPREGO & RENDA	15	0,3182	0,7661	0,4290

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tratando agora da saúde, o estado possui um desenvolvimento regular e uma média de 0,5844. Como valor mínimo, possui 0,4091 apresentando um desenvolvimento regular para o município de Normandia. Já o valor máximo encontrado é de 0,7763 para o município de Boa vista, com um desenvolvimento moderado.

Referente a educação, o estado tem um desenvolvimento regular e uma média de 0,5504. Como valor mínimo, o município de Uiramutã apresentou 0,4492 e um desenvolvimento regular. O valor máximo encontrado é de 0,6679 para Boa vista, apresentando um desenvolvimento moderado para este município.

O índice de Emprego & Renda é o menor do estado. A média estadual é de 0,4290, mostrando um desenvolvimento regular nesta área. O município com o menor índice é o de Iracema, com um nível baixo de desenvolvimento de 0,3182. Em contrapartida a isto, o município com maior desenvolvimento é Boa Vista, que apresenta uma média de 0,7661 e um desenvolvimento moderado nesse quesito.

A partir do índice Geral do IFDM, dos 15 municípios do estado de Roraima, 14 estão com o desenvolvimento regular e apenas 1 está com o desenvolvimento moderado. Este único município é a capital do estado, o que é ruim para a economia do mesmo, visto que apenas a capital se desenvolve enquanto os outros municípios não crescem ou demoram a se desenvolver.

### **5.2.7 Estatística Descritiva – Tocantins**

É o estado que apresentou as médias mais altas da região, exceto no índice de Emprego & Renda, onde o estado com a maior média é Rondônia. Referente ao índice geral, Tocantins apresentou a média de 0,6016, mostrando um desenvolvimento moderado da UF. Como mínimo, a cidade de Recursolândia apresentou um índice regular de desenvolvimento de 0,4966. Já, o valor máximo encontrado foi da capital Palmas, com 0,8095, mostrando um nível alto de desenvolvimento do município.

**Tabela 8 – Estatística Descritiva de Tocantins**

<b>Estatística Descritiva - Tocantins</b>				
	N	Mínimo	Máximo	Média
GERAL	139	0,4966	0,8095	0,6016
SAÚDE	139	0,4676	0,8417	0,6811
EDUCAÇÃO	139	0,4493	0,7995	0,6451
EMPREGO & RENDA	139	0,3381	0,7873	0,4786

Fonte: Elaborado pelo autor.

No índice da saúde, o estado mostrou uma média de 0,6811, ou seja, um desenvolvimento moderado. O município menos desenvolvido nesse quesito é Itacajá, com a média de 0,4676, apresentando um nível de desenvolvimento regular. Em contrapartida, Palmas apresentou novamente o índice máximo do estado, 0,8417, alto desenvolvimento municipal.

Tratando-se da educação, o estado possui uma média de 0,6451, com um desenvolvimento moderado. Campos Lindos, com uma média de 0,4493, apresenta um nível de desenvolvimento regular e o menor índice do estado. Inversamente, a capital Palmas tem novamente o maior índice de desenvolvimento do estado, com um índice moderado de 0,7995.

Referente ao índice de emprego & renda, o estado mostrou a sua menor média, com um desenvolvimento regular de 0,4786, o que mostra um déficit maior do estado nesse quesito. O município com o menor desenvolvimento é Sampaio, com um baixo desenvolvimento de 0,3381. A capital, Palmas, teve como índice 0,7873, sendo o maior do estado com um desenvolvimento moderado. Um dos fatores que podem contribuir para esse índice é o fato de que do ano de 2006 até 2016, o estado teve um crescimento de cerca de 46% do seu pessoal ocupado (de 93.160 para 136.013 habitantes) e um crescimento de 53,82% no número de empresas nesse mesmo período (de 5.165 para 7.945 empresas) (IBGE, 2017).

De acordo com o IFDM geral, dos 139 municípios de Tocantins, 70 estão com o nível de desenvolvimento regular, 68 com o nível moderado e 1 com o nível alto de desenvolvimento. É o único estado que possui um município com a média de desenvolvimento alta.

### 5.3 TESTES ESTATÍSTICOS – ANÁLISE DA REGIÃO NORTE

Assim como a análise da estatística descritiva, os primeiros testes estatísticos tratam da Região Norte como um todo, fazendo a análise de todos os 450 municípios nos anos de 2005 a 2016. Foi utilizado o teste de regressão linear simples, ou seja, com apenas uma variável dependente, que é a Receita Tributária Municipal. As demais variáveis são os índices Geral, Saúde, Educação e Emprego & Renda do IFDM. A partir dessas variáveis, serão analisados se os índices e a receita possuem correlação.

Tabela 9 – Teste de Regressão Linear Simples da Região Norte

Regressão Linear Simples - Região Norte												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	0,349	0,000	4,941	-0,174	0,000	-4,073	0,032	0,316	1,003	0,212	0,000	7,381
N x T	450			450			450			450		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,169			0,169			0,169			0,169		

Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se na tabela 9 que, para o IFDM Geral, Saúde e Emprego & Renda, foi encontrado o nível de significância de 0,00. Portanto, verifica-se que por ser inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese H<sub>0</sub>, chegando a conclusão de que, para este índice, há relação entre a receita arrecada e o IFDM. Portanto, os municípios que possuem uma maior arrecadação possuem um maior desenvolvimento e os com menos arrecadação, desenvolveram-se menos nesses quesitos.

Já para o IFDM Educação, o nível de significância é de 0,316, ou seja, superior a 0,05. Nesse caso, aceita-se a hipótese H<sub>0</sub>, chegando a conclusão de que não existe correlação entre a arrecadação e o índice de Educação.

Interessante ressaltar a importância de fazer a análise separada por índice. Como pode ser observado na tabela 9, se fosse feita a análise somente a partir do índice Geral, mostraria apenas o resultado que existe correlação entre as variáveis. Porém, após analisar os índices separadamente, os resultados mudam e alguns índices podem ter correlação e outros não, como foi mostrado acima. Essa diferença pode ser vista ainda mais nas análises por estado, onde o resultado total da Região Norte é diferente de cada UF.

#### 5.4 TESTES ESTATÍSTICOS – ANÁLISE POR ESTADO

Observando a Tabela 10, que trata do estado do Acre, pode-se verificar que os índices Geral e Saúde possuem a sua significância de 0,991 e 0,842, respectivamente, resultado superior a 0,05, o que mostra que não existe relação entre a receita tributária arrecadada e o desenvolvimento dos municípios referente a essas óticas. Em contrapartida, os índices de Educação e Emprego & Renda obtiveram o resultado de 0,002 e 0,026 respectivamente. Esses valores mostram que quanto maior a receita do município, melhor o desenvolvimento nessas áreas.

Tabela 10 – Teste de Regressão Linear Simples do Acre

Regressão Linear Simples - Acre												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	0,003	0,991	0,012	-0,031	0,842	-0,200	0,465	0,002	3,122	0,280	0,026	2,244
N x T	22			22			22			22		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,313			0,313			0,313			0,313		

Fonte: Elaborado pelo autor.

É pertinente mostrar a diferença entre a análise geral e análise segregada por índice. Enquanto no IFDM Geral mostrou-se que não possui ligação do crescimento com a arrecadação, quando analisados os outros índices individualmente mostra que o crescimento ou diminuição do IFDM Educação e do Emprego & Renda acompanha o crescimento ou queda da arrecadação. Outro fator importante para destaque é a diferença da análise individual do estado com a análise geral da Região Norte. Enquanto na Região a Educação não mostrou correlação, na UF foi mostrado o contrário.

Tabela 11 – Teste de Regressão Linear Simples do Amazonas

Regressão Linear Simples - Amazonas												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	0,349	0,011	2,554	0,083	0,321	0,993	0,011	0,870	0,164	0,230	0,001	3,369
N x T	62			62			62			62		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,323			0,323			0,323			0,323		

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a Tabela 11, podemos identificar novamente índices que tem correlação com a arrecadação e índices que não contém. Saúde e Educação obtiveram 0,321 e 0,870 de significância respectivamente, portanto, nesses índices não houve correlação com a receita tributária.

Opostamente, os índices Geral e Emprego & Renda obtiveram, nessa ordem, 0,011 e 0,001. Logo, o aumento ou queda do desempenho tributário municipal contribuiu para o aumento ou queda desses índices.

Tabela 12 – Teste de Regressão Linear Simples do Amapá

Regressão Linear Simples - Amapá												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	0,891	0,009	2,652	-0,347	0,070	-1,823	-0,164	0,190	-1,317	-0,091	0,679	-0,414
N x T	16			16			16			16		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,280			0,280			0,280			0,280		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o estado do Amapá, conforme Tabela 12, apenas o índice Geral apresentou relação com a arrecadação tributária, com seu nível de significância de 0,009, inferior a 0,05. Todos os demais itens apresentaram resultado superior a 0,05: Saúde, com 0,070; Educação, com 0,190 e Emprego & Renda, com 0,679. Assim sendo, todos os três índices, quando analisados separadamente, não possuem correlação com a arrecadação tributária, ou seja, o desenvolvimento do município nesses âmbitos independe da quantidade de tributos arrecadados.

**Tabela 13 – Teste de Regressão Linear Simples do Pará**

Regressão Linear Simples - Pará												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	0,883	0,000	10,380	-0,282	0,000	-5,326	-0,109	0,005	-2,805	0,016	0,697	0,389
N x T	144			144			144			144		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,369			0,369			0,369			0,369		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em análise ao estado do Pará, conforme Tabela 13, os índices Geral, Saúde e Educação obtiveram os índices de significância inferiores a 0,05, mostrando que a alteração nesses índices possui correlação com a alteração da arrecadação tributária municipal, ou seja, se a arrecadação aumentar, o índice aumenta e se a arrecadação diminuir, o índice também diminui. Nesse estado, apenas o índice de Emprego & Renda não apresentou correlação com a arrecadação, pois seu índice de significância foi de 0,697, superior ao limite de 0,05.

**Tabela 14 – Teste de Regressão Linear Simples de Rondônia**

Regressão Linear Simples - Rondônia												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	-0,154	0,319	-0,998	0,240	0,010	2,575	0,426	0,000	5,642	0,481	0,000	6,445
N x T	52			52			52			52		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,389			0,389			0,389			0,389		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tratando do estado de Rondônia, podemos observar na Tabela 14, que quando se trata do IFDM Geral, não é apresentada correlação entre o índice com a arrecadação tributária, ou seja, a mudança do índice independe da mudança da arrecadação. Porém, analisando o IFDM em suas óticas separadas, por Saúde, Educação e Emprego & Renda, já mostra um resultado diferente, pois a correlação que não existe no IFDM Geral é apresentada em todos os outros três índices.

**Tabela 15 – Teste de Regressão Linear Simples de Roraima**

Regressão Linear Simples - Roraima												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	-0,512	0,213	-1,125	0,464	0,034	2,140	0,415	0,008	2,695	0,683	0,001	3,428
N x T	15			15			15			15		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,477			0,477			0,477			0,477		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Referente aos 15 municípios do estado de Roraima, podemos identificar na tabela 15 a mesma situação que o estado de Rondônia apresenta. Quando analisado da ótica Geral, não há correlação entre o IFDM Geral e a arrecadação tributária. Porém, analisando os outros três índices individualmente, percebe-se que há ligação entre o crescimento deles e o crescimento da arrecadação tributária municipal.

**Tabela 16 – Teste de Regressão Linear Simples de Tocantins**

Regressão Linear Simples - Tocantins												
	GERAL			SAÚDE			EDUCAÇÃO			EMPREGO & RENDA		
	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T	Coef.	SIG	T
Resultados	-0,989	0,000	-9,303	0,668	0,000	10,421	0,656	0,000	11,993	0,646	0,000	12,520
N x T	139			139			139			139		
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,169			0,169			0,169			0,169		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando a tabela 16, que trata do estado do Tocantins, percebe-se que todos os índices, tanto o IFDM Geral quanto os índices individuais da Saúde, Educação e Emprego & Renda apresentam correlação com a arrecadação tributária municipal, pois todos os seus índices de significância estão iguais a 0,00. Esse estado é o único de toda a Região Norte que apresenta esse resultado.

Se fosse realizada apenas a análise do IFDM Geral da região Norte como um todo, os resultados estariam em concordância com o estudo de Silva et al (2013), onde chegaram a conclusão em sua análise do estado de Minas Gerais, de que os municípios com a maior receita tributária também apresentam um índice de desenvolvimento elevado. Porém, com a análise detalhada por índice, pode-se perceber que são necessários outros fatores e outros índices para fazer uma verificação mais detalhada a respeito do desenvolvimento dos municípios, visto que apenas uma maior receita tributária nem sempre significa um bom desenvolvimento socioeconômico municipal (SILVA *et al.*, 2013; AVELINO; BRESSAN; CUNHA, 2013; AMURIM, 2013).

Os resultados corroboram também com Lobão *et al.* (2017), onde foi identificado que os estados que alcançaram o maior desenvolvimento socioeconômico no período estudado foram Tocantins e Rondônia. Além disso, de todos os estados, o índice de Emprego & Renda foi o que menos cresceu, enquanto os índices de Educação e Saúde destacaram-se. Outro fator que pode ser mostrado a partir dos resultados é a desigualdade existente na região, visto que enquanto alguns municípios possuem índices mais elevados que caracterizam uma melhor situação, outros municípios possuem índices de desenvolvimento baixíssimos. Essa desigualdade pode ser consequência de diversas situações, como a diferença na arrecadação tributária ou até mesmo uma má administração pública (ERVILHA; ALVES; GOMES, 2013).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar o desenvolvimento socioeconômico municipal da Região Norte, considerando as receitas tributárias municipais e os índices do IFDM do período de 2005 a 2016. As análises foram efetuadas de duas formas, sendo a primeira a partir da análise de toda a região Norte em conjunto e a segunda, uma análise de cada estado separadamente. Além disso, foram verificados os resultados de todos os índices disponíveis pelo IFDM, que são: IFDM Geral, IFDM Saúde, IFDM Educação e IFDM Emprego & Renda. Também procurou fazer a comparação entre os municípios, a fim de identificar possíveis discrepâncias entre eles.

O município com o maior IFDM Geral na região foi Palmas, capital do Tocantins. Em contrapartida, Santa Rosa do Purus, no Acre, foi o município com o menor índice. Já em nível estadual, os municípios com maior e menor desenvolvimento, respectivamente, foram: Rio Branco e Santa Rosa do Purus no Acre, Manaus e Lábrea no Amazonas, Macapá e Calçoene no Amapá, Parauapebas e Jacareacanga no Pará, Vilhena e Nova Mamoré em Rondônia, Boa Vista e Uiramutã em Roraima e, por fim, Palmas e Recursolândia no Tocantins. No tocante a relação do IFDM Geral com a receita tributária, a região Norte apresentou correlação entre ambos, o que significa que se houver o aumento da arrecadação de tributos, o desenvolvimento tende a aumentar ou pode acontecer também o contrário. Na análise desse índice por estado, apenas Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins apresentaram correlação entre as variáveis, ou seja, caso a arrecadação tributária venha a aumentar, também ocorre o aumento no índice, enquanto Acre, Rondônia e Roraima não apresentaram.

Tratando-se do IFDM Saúde, os municípios com o melhor e o pior índice na região Norte foram, respectivamente, Palmas no Tocantins e Jacareacanga no Pará. Analisando por estado, os municípios com maior e menor índice foram, nessa ordem Rio Branco e Santa Rosa do Purus no Acre, Presidente Figueiredo e Cachoeira no Amazonas, Serra do Navio e Porto Grande no Amapá, Parauapebas e Jacareacanga no Pará, Ariquemes e Nova Mamoré em Rondônia, Boa Vista e Normandia em Roraima e Palmas e Itacajá em Tocantins. No que se refere a relação entre a arrecadação e o IFDM, quando analisada toda a região, é apresentada correlação. Já na análise estadual, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins apresentaram correlação, enquanto Acre, Amazonas e Amapá não apresentaram.

Referente ao IFDM Educação, na região Norte, o município com melhor desenvolvimento foi Palmas, no Tocantins. A cidade com o menor média de desenvolvimento em todos os anos foi Bagre, no Pará. Nos estados, os municípios com maior e menor desenvolvimento foram, respectivamente Rio Branco e Santa Rosa do Purus no Acre, Parintins e Atalaia no Amazonas, Serra do Navio e Tartarugalzinho no Amapá, Parauapebas e Bagre no

Pará, Vilhena e Campo Novo de Rondônia em Rondônia, Boa Vista e Uiramutã em Roraima e Palmas e Campos Lindos em Tocantins. No que diz respeito a análise da receita tributária em relação ao IFDM, a região Norte, Amazonas e Amapá não mostraram correlação nesse índice. Porém, Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins apresentaram relação entre as duas variáveis.

Por fim, a respeito do IFDM Emprego & Renda, o município com o melhor desenvolvimento na região Norte é Parauapebas, no Pará, enquanto o menos desenvolvido é Canutama, no Amazonas. Na análise por estado, os municípios com maior e menor desenvolvimento respectivamente foram Rio Branco e Santa Rosa do Purus no Acre, Manaus e Canutama no Amazonas, Macapá e Vitória do Jari no Amapá, Parauapebas e Bagre no Pará, Ji-Paraná e Nova União em Rondônia, Boa Vista e Iracema em Roraima e, por fim, Palmas e Sampaio no Tocantins. Referente a análise da correlação entre a arrecadação tributária e o IFDM Saúde, a região Norte mostrou relação entre ambas variáveis. Na análise por estado, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins apresentaram correlação, enquanto Amapá e Pará não apresentaram.

Em análise aos resultados obtidos, pode-se verificar que a maior parte dos municípios estão enquadrados no nível regular de desenvolvimento. Isso mostra que a região ainda possui muito a melhorar no tocante aos serviços entregues a população, como Saúde e Educação. Mostrou também um déficit no índice de Emprego & Renda em toda a região, visto que é o índice que menos cresceu em todos os anos.

A partir dessas proposições, são abertas possibilidades para pesquisas futuras, pelo fato de que os períodos disponíveis no portal da FIRJAN são apenas de 2005 a 2016. Caso sejam disponibilizados estudos dos anos seguintes, os resultados podem variar. Outro fator foi a limitação da pesquisa à apenas a arrecadação dos impostos (ISSQN, IPTU e ITBI). Portanto, caso venha a ser feita uma análise considerando outras receitas e outros índices de desenvolvimento variados, os resultados podem ser diferentes.

## REFERÊNCIAS

- AMURIM, E. P. D. S. D. Efeitos dos Gastos Orçamentários Municipais sobre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Análise em Municípios do Estado de Mato Grosso. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS**, São Leopoldo, 2013.
- AVELINO, B. C.; BRESSAN, V. G. F.; CUNHA, J. V. A. D. Estudo sobre os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas Capitais Brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, 7, n. 3, Jul/Set 2013. 274-290.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 1966, n. 131, 27 out. 1966.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 14 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000.
- CAETANO, C. C. R. A Influência das Transferências Governamentais e da Arrecadação Tributária Própria no Índice de Educação dos Municípios da Região Sudeste. **Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis**, Uberlândia/MG, 15 Dezembro 2016. 100.
- CARVALHO, P. D. B. **Curso de Direito Tributário**. 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, v. 1, 2018.
- COMPARA Brasil. Disponível em: <http://comparabrasil.com/default.aspx>.
- CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. D. A. **Transparência e controle social na administração pública brasileira**: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Guatemala: [s.n.]. 2006. p. 1-16.
- ERVILHA, G. T.; ALVES, F. F.; GOMES, A. P. Desenvolvimento Municipal e Eficiência dos Gastos Públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. **IX Encontro de Economia Baiana**, Salvador, Set 2013. 106-126.
- GERIGK, W.; CLEMENTE, A.; TAFFAREL, M. O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios: o caso do Paraná. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, 4, n. 3, set/dez 2010. 44-69.
- QUANTIDADE de Normas editadas no Brasil: 30 anos da constituição federal de 1988. Disponível em: <https://ibpt.com.br/estudos/quantidade-de-normas-editadas-no-brasil-30-anos-da-constituicao-federal-de-1988/>.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.
- LIMA, E. M.; REZENDE, A. J. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. **Revista Internacinal de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, 20, n. 1, Janeiro/Março 2019. 18.
- LOBÃO, M. S. P. et al. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL. **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, 13-15 set 2017.

- MELLO, D. L. D. Descentralização, papel dos governos locais no processo de desenvolvimento nacional e recursos financeiros necessários para que os governos locais possam cumprir seu papel. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 31 Dezembro 1991. 199-217.
- SACRAMENTO, A. R. S. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da Accountability no Brasil. **Gestão Pública e Cidadania**, Brasília, 10, 2005. 20-47.
- SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. Transparência na Administração Pública: o que Mudou Depois da Lei de Responsabilidade Fiscal? Um Estudo Exploratório em Seis Municípios da Região Metropolitana de Salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, 2007. 48-61.
- SILVA, G. D. A Influência dos Índices Tributários no Índice FIRJAN de Desenvolvimento dos Municípios de Rondônia. **TCC (Graduação) - Bacharelado em Ciências Contábeis - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA**, Ariquemes, 2019. 42.
- SILVA, L. L. et al. A influência do desempenho tributário e gestão fiscal do Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, jan/jun 2013. 199-219.
- SORDI, J. O. D. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2017.
- SUZART, J. A. D. S. Dívida dos Governos Subnacionais Brasileiros: Uma Análise sob a Ótica do Federalismo Fiscal. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa/MG, 5, n. 2, 5 Abril 2013. 44-53.
- TOMIO, F. R. D. L. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 17, 01 Fevereiro 2002. 61-89.
- TOMIO, F. R. D. L. Federalismo, Municípios e Decisões Legislativas: a Criação de Municípios no Rio Grande do Sul. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2005. 123-148.



## RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

**DISCENTE:** Pedro Henrique Oliveira Saraiva

**CURSO:** Ciências Contábeis

**DATA DE ANÁLISE:** 25.08.2020

### RESULTADO DA ANÁLISE

#### Estatísticas

Suspeitas na Internet: 5,18%  
Percentual do texto com expressões localizadas na internet

Suspeitas confirmadas: 5,64%  
Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados

Texto analisado: **85,67%**  
*Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).*

Sucesso da análise: **100%**  
*Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.*

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.4.11  
quarta-feira, 25 de agosto de 2020 11:57

### PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho do discente **PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA SARAIVA**, n. de matrícula **27314**, do curso de Ciências Contábeis, foi **APROVADO** na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 5,18%. Devendo o aluno fazer as correções que se fizerem necessárias.

(assinado eletronicamente)  
**HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO**  
**Bibliotecária CRB 1114/11**  
Biblioteca Júlio Bordignon  
Faculdade de Educação e Meio Ambiente

